



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Comitê E-Gestor – 27/01/2021

PROPOSTA DE PAUTA

1. Pendências de reuniões anteriores	Identificador
1.1. Não há pendências.	
2. Itens para pauta	Identificador
(1) E-gestão administrativo	
3. Outros assuntos	Identificador
4. Deliberações via e-mail	Identificador
5. Agendamento da próxima reunião	Identificador

ATA DE REUNIÃO

Local	Período
Videoconferência	27/01/2020

No dia 27 de janeiro de 2021, por videoconferência, das 14h30 às 15h30, ocorreu a Reunião do E-Gestão. Estiveram presentes os seguintes servidores dos TRTs, bem como dos servidores da Assessoria de Governança e Gestão Estratégica (AGGEST-CSJT):

Nome
Carolina da Silva Ferreira Secretária-Geral do CSJT
Ivan Bonifácio Assessor de Governança e Gestão Estratégica do CSJT
José Barbosa Responsável pela área de gestão estratégica do TRT da 24ª Região



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Comitê E-Gestor – 27/01/2021

Gustavo Galluzzi Nunes Santos Responsável pela área de gestão estratégica do TRT da 1ª Região
Fernanda Ferreira Responsável pela área de gestão estratégica do TRT da 12ª Região
Bernardo Della Giustina Servidor CSJT
Karla Sousa da Motta Responsável pela área de gestão estratégica do TRT da 21ª Região
Mônica Oliveira Barreto Responsável pela área de gestão estratégica do TRT da 20ª Região
Márcio Milan Responsável pela área de gestão estratégica do TRT da 2ª Região
Agenor da Costa Júnior Responsável pela área de gestão estratégica do TRT da 13ª Região
Dirceu Victor Monte de Hollanda Responsável pela área de governança institucional do TRT da 21ª Região
Rodopiano Neto Responsável pela área de gestão estratégica do TRT da 8ª Região
Júlio César Moreira Marinho Estatística – CSJT
Max Frederico Feitosa Guedes Pereira Responsável pela área de gestão estratégica do TRT da 13ª Região
Dulio Mendes Soares Servidora da AGGEST - CSJT
Adhara Campos Vieira Servidora da AGGEST - CSJT

Item:	2.1. E-gestão	ID
<p>A Secretária Geral explicou que o e-gestão está, prioritariamente, vinculado às atividades de correições, que estão na esfera de competência da Corregedoria. A demanda desta reunião envolve refazer o E-gestão “administrativo”. Alguns dados de processo estão no PJe e os outros dados são informações administrativas de outros sistemas, sendo que não há uma padronização entre os TRT’s. A Secretária Geral registrou a importância de definir um “Manual” do e-gestão administrativo, a partir da Resolução n.º 76 do CNJ. Pontuou a importância de todos os TRTs estarem em dia com o SIGEP. Mônica reforçou a importância da parametrização do e-gestão, com base na Resolução n.º 76/CNJ, e citou o caso das Escolas Judiciais que possuem classificação distinta e dificultam a entrada de informação nos sistemas. Márcio registrou que não há um mapeamento claro das informações, o que</p>		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Comitê E-Gestor – 27/01/2021

leva a critérios diferentes na extração dos dados. Neto ressalta a importância de um glossário para o E-Gestão. Carolina esclareceu que cada TRT vai ter que enviar as variáveis para poder ser enquadrado em um parâmetro comum, definido no Manual, tendo o SIGEP como referência principal de sistema administrativo. Alguns dados importantes que precisam ser parametrizados: e-social, GECJ, etc. Mônica argumentou que os dados orçamentários e financeiros estão centralizados no SIGEO (despesa total, benefícios, liquidados, executado, etc.). Neto esclareceu que a unificação das informações do SIGEP e SIGEO, com os parâmetros da Res. n.º 76/CNJ, permitirá formular o “e-gestão administrativo”. Karla reforçou que a unificação e alinhamento facilita os processos operacionais e simplifica as rotinas. José Barbosa solicitou que o CSJT condicione os Tribunais a alimentarem a informação, mas parametrize também a demonstração dos dados nos Portais da Transparência (via CSJT). Carolina comentou a exceção das Escolas Judiciárias, que são classificadas como área judiciária, ao invés de administrativa. Ivan comentou a evolução do Relatório Justiça em Números do CNJ que, apesar de estar sendo formulado desde 2004, ainda está em constante reformulação. Sugeriu que o trabalho seja dividido em etapas, iniciando com a área de pessoal, observando a Res. n.º 76/CNJ, e a nova Res. CSJT n.º 63 e a Res. CNJ n.º 219. A Secretária Geral Carolina esclareceu que há o Comitê do e-gestão, mas com foco apenas na área judiciária. Sugeriu que um dos caminhos pode ser fazer um grupo de trabalho para incorporar dentro das atividades da corregedoria e da gestão estratégica a fim de fornecer estes debates do grupo a este Comitê. Gustavo e Fernanda reforçaram a facilidade da avaliação com a implantação de um parâmetro único.

Encaminhamento: elaboração de um “Manual” para o e-gestão administrativo, com definição da variável e glossário, a fim de parametrizar os dados para ter sistematizadas as informações de todos os setores e órgãos dos Tribunais Regionais do Trabalho.

Ciência:

Nome
Carolina da Silva Ferreira Secretária-Geral do CSJT
Ivan Bonifácio Assessor de Governança e Gestão Estratégica do CSJT
José Barbosa Responsável pela área de gestão estratégica do TRT da 24ª Região
Gustavo Galluzzi Nunes Santos Responsável pela área de gestão estratégica do TRT da 1ª Região
Fernanda Ferreira Responsável pela área de gestão estratégica do TRT da 12ª Região
Bernardo Della Giustina Servidor CSJT
Karla Sousa da Motta



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Comitê E-Gestor – 27/01/2021

Responsável pela área de gestão estratégica do TRT da 21ª Região
Mônica Oliveira Barreto
Responsável pela área de gestão estratégica do TRT da 20ª Região
Márcio Milan
Responsável pela área de gestão estratégica do TRT da 2ª Região
Agenor da Costa Júnior
Responsável pela área de gestão estratégica do TRT da 13ª Região
Dirceu Victor Monte de Hollanda
Responsável pela área de governança institucional do TRT da 21ª Região
Rodopiano Neto
Responsável pela área de gestão estratégica do TRT da 8ª Região
Júlio César Moreira Marinho
Estatística – CSJT